



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 403/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1956/2009 (10 Volumes).

Apensos: 1105/2009 (4 Volumes) ; 4240/2010 (2 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Único de Previdência do Município de Manaus – MANAUSPREV.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Sandro Breval Santiago (Diretor-Presidente), à época, o Sr. Mário Jorge Monteiro Novaes (Diretor de Administração e Finanças), à época, e o Sr. Antônio José Guerreiro da Silva (Gerente de Administração e Finanças), à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-MA – Informação nº 041/2014 (fls. 1921).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1205/2015-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1924).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Único de Previdência do Município de Manaus. Exercício de 2008.

Contas Irregulares. Multa. Glosa. Alcance. Prazo. Determinações.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anuais do Fundo Único de Previdência do Município de Manaus-MANAUSPREV, relativa ao exercício de 2008, de responsabilidade do Senhor **Sandro Breval Santiago**, Diretor - Presidente à época nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, arts. 1º, II, 2º, 5º, I e 22, III, “b e c” e art. 25 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III “a” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2- Aplicar multa ao responsável Sr. **Sandro Breval Santiago**, Diretor – Presidente do MANAUSPREV, exercício de 2008, no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) nos termos do art. 308, V da Resolução nº 04/2002, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, assim descritos nos itens 10, 14 do VOTO;

9.3- Aplicar multa ao responsável Sr. **Sandro Breval Santiago**, Diretor – Presidente do MANAUSPREV, exercício de 2008, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) nos termos do art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, pela prática de grave infração a norma legal, descritas nos itens 1 a 9, 11, 12, 13, 15 e 16 do Voto;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 403/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Aplicar glosa de R\$ 248.461,85 (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos) ao Sr. **Sandro Breval Santiago** – Diretor – Presidente à época, relativo a não comprovação na execução do Contrato firmado com a empresa SODEXHO PASS BRASIL SERV. E COM. LTDA para aquisição de 4.000 cartões alimentação;

9.5- Aplicar glosa de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), atualizados ao Sr. **Mário Jorge Monteiro Novaes**- Diretor de Administração Financeira, relativos aos valores depositados nas contas dos filhos do Diretor Administrativo;

9.6- Considerar em ALCANCE Sr. **Sandro Breval Santiago**, Diretor-Presidente do Órgão, **Mário Jorge Monteiro Novaes**, Diretor de Administração Financeira e **Antônio José Guerreiro da Silva**, Gerente de Administração Financeira nos termos do artigo 304, III da Res. nº 04/2002 (RITCE) na monta de **R\$ 43.337.555,64** (quarenta e três milhões, trezentos e trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) aplicados indevidamente do Fundo Quatá (hoje Piatã Fundo de investimento renda fixa longo prazo previdenciário crédito privado);

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº 2423/1996). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento do referido valor, determine ao Chefe do Poder Executivo do Município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.8- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolha os valores das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº 2423/1996). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento do referido valor, determine ao Chefe do Poder Executivo do Município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.9- Determinações:

9.9.1- Notificação à Procuradoria Geral do Município de Manaus para promover o imediato bloqueio cautelar dos bens dos responsáveis, a fim de garantir a eficácia de devolução dos créditos, bem como a medida judicial de quebra do sigilo bancário dos envolvidos para rastreo da possível passagem de valores a terceiro;

9.9.2- Envie cópias dos autos à Controladoria-Geral do Município de Manaus para ciência do feito;

9.9.3- Cópia dos autos à Câmara Municipal de Manaus para ciência do feito;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 403/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.9.4- Cópias dos autos ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, haja vista a evidência de atos de improbidade e crimes contra a Administração Pública.

Vencido o voto do Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho que votou, em sessão, pela regularidade das contas e o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela não aplicação do alcance no valor de R\$ 43.337.555,64.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral